

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ALTO PARANÁ/PR - CMDCA

Resolução nº.03/2023

Mantém a criada a Comissão Especial para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Alto Paraná - PR, regulamenta a campanha eleitoral, traz as condutas vedadas e seu processamento, bem como as normas regulamentadoras do processo de escolha.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alto Paraná - PR, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/1990), na Resolução n. 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e na Lei Municipal n. 1499/2000, conforme deliberação em reunião ordinária realizada em 28 de março de 2023, RESOLVE:

CAPÍTULO I – DA COMISSÃO ESPECIAL

Art. 1º Mantém a instituída a Comissão Especial por meio da Resolução nº02/2023 com o objetivo de conduzir o processo de escolha unificado dos membros do Conselho Tutelar do Município de Alto Paraná - PR, para o mandato 2024/2028, sendo composta por 4 (quatro) conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, garantindo a paridade entre governo e sociedade civil.

§ 1º Não poderão fazer parte da Comissão Especial os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha para membro do Conselho Tutelar ou os cônjuges, companheiros, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de candidatos inscritos.

§ 2º Caso algum membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente venha a se tornar impedido por conta do disposto no § 1º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por outro conselheiro.

Art. 2º Integram a Comissão Especial os seguintes conselheiros:

- I – Francielle Vagetti Cirei, representante governamental;
 - II – Katia Cristina Alves Soares, representante governamental;
 - III – Lucia Helena Behringer Garcia, representante da sociedade civil;
 - IV – Alethéia Cristlina D. Moreno Ortiz, representante da sociedade civil.
- § 1º** Em caso de impedimento, ausência ou afastamento de um dos representantes governamentais ou da sociedade civil, este será substituído por outro conselheiro escolhido em plenária do CMDCA, conforme representação.
- § 2º** O CMDCA deverá, entre os membros da Comissão Especial, eleger um Coordenador, cujo voto prevalecerá em caso de empate.

Art. 3º Compete à Comissão Especial analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da

publicação, candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§ 1º Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à Comissão Especial:

- I – Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;
- II – Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;
- III – Comunicar ao Ministério Público.

Art. 4º Das decisões da Comissão Especial caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

Parágrafo único. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha publicará a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

Art. 5º São atribuições da Comissão Especial:

- I – Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;
- II – Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;
- III – Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação, denúncias e outros incidentes ocorridos a partir do lançamento do edital, durante a campanha e no dia da votação;
- IV – Se utilizadas urnas eletrônicas, providenciar o encaminhamento da lista dos candidatos ao Tribunal Regional Eleitoral, observando rigorosamente a forma e o prazo estabelecido pela Justiça Eleitoral; caso não haja utilização de urnas eletrônicas, providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado, preferencialmente seguindo os parâmetros das cédulas impressas da Justiça Eleitoral;
- V – Escolher, mediante posterior homologação do CMDCA, e divulgar os locais do processo de escolha, preferencialmente seguindo o zoneamento da Justiça Eleitoral;
- VI – Selecionar e convocar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;
- VII – Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e a segurança dos locais do processo de escolha e apuração;
- VIII – Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado do processo de escolha; e
- IX – Resolver os casos omissos.

Art. 6º Compete à Comissão Especial processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral e demais irregularidades, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, assegurada a ampla defesa e o contraditório, na forma de resolução específica.

Art. 7º Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 8º A Comissão Especial deve notificar o Ministério Público, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

CAPÍTULO II – DA PROPAGANDA:

Art. 9º Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, observadas ainda as seguintes vedações, que poderão ser consideradas aptas para gerar idoneidade moral do candidato:

- I – abuso do poder econômico na propaganda feita por veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as sucederem;
- II – doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
- III – propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público;
- III – a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;
- IV – abuso do poder político-partidário assim entendido como a utilização da estrutura e financiamento das candidaturas pelos partidos políticos no processo de escolha;
- V – abuso do poder religioso, assim entendido como o financiamento das candidaturas pelas entidades religiosas no processo de escolha e veiculação de propaganda em templos de qualquer religião, nos termos da Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores;
- VI – favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;
- VII – confecção e/ou distribuição de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;
- VIII – propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa;
- a) considera-se grave perturbação à ordem propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;
- b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
- c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

IX – propaganda eleitoral em rádio, televisão, *outdoors*, carro de som, luminosos, bem como por faixas, letreiros e *banners* com fotos ou outras formas de propaganda de massa.

X – abuso de propaganda na internet e em redes sociais, na forma de resolução a ser editada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito e garantia a igualdade de condições entre os candidatos.

§ 2º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, em benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de cassação do registro de candidatura e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§3º Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus apoiadores;

§4º A campanha deverá ser realizada de forma individual por cada candidato, sem possibilidade de constituição de chapas.

§ 5º A livre manifestação do pensamento do candidato e/ou do eleitor identificável na internet é passível de limitação quando ocorrer ofensa à honra de terceiros ou divulgação dos fatos sabidamente inverídicos.

§ 6º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

- a) utilização de espaço na mídia;
 - b) transporte aos eleitores;
 - c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carrea;
 - d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;
 - e) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".
- §7º** É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, discos e adesivos.
- § 8º** É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.
- § 9º** O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n. 9.504/1997.

Art. 10 A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou diploma.

§ 1º Compete à Comissão Especial do processo de escolha processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral e demais irregularidades, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o

recolhimento do material e a cassação da candidatura, assegurada a ampla defesa e o contraditório, na forma da resolução específica, comunicando o fato ao Ministério Público.

§2º Os recursos interpostos contra as decisões da Comissão Especial do processo de Escolha serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 11 A propaganda eleitoral poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e por meio de *curriculum vitae*, admitindo-se ainda a realização de debates e entrevistas, com garantia de igualdade de condições entre todos os candidatos.

§ 1º A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 2º É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

§4º Os candidatos poderão promover as suas candidaturas por meio de divulgação na internet desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular.

§ 5º A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

- I- em página eletrônica do candidato ou em perfil em rede social, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Especial e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País;
- II- por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, vedada realização de disparo em massa;
- III- por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa natural, desde que não utilize sítios comerciais e/ou contrate impulsionamento de conteúdo.

CAPÍTULO III – DAS CONDUTAS VEDADAS E SEU PROCESSAMENTO:

Art. 12 A campanha dos candidatos a membros do Conselho Tutelar é permitida somente após a publicação da lista final dos candidatos habilitados no Processo de Escolha e será encerrada à meia-noite da véspera do dia da votação.

Art. 13 Serão consideradas condutas vedadas aos candidatos devidamente habilitados ao Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Alto Paraná - PR e aos seus prepostos e apoiadores aquelas previstas no edital de abertura do certame, na Lei Municipal n. 1499/2000 e na Resolução n. 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), com especial destaque ao seu art. 8º.

Art. 14 O desrespeito às regras apontadas no art. 2º desta Resolução poderá caracterizar inidoneidade moral, deixando o candidato passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inc. I, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 15 Qualquer cidadão ou candidato poderá representar à Comissão Especial contra aquele que infringir as normas estabelecidas no edital, na Resolução n. 231/2022 do Conanda ou na Lei Municipal n. 1499/2000, instruindo a representação com provas ou indícios de provas da infração.

§1º Cabe à Comissão Especial registrar e fornecer protocolo ao representante, para acompanhamento do procedimento instaurado.

§2º Serão admitidas denúncias anônimas, desde que acompanhada de elementos mínimos de prova ou com indicação da forma que a Comissão Especial pode acessá-la.

§3º Caso o denunciante assim solicite, a Comissão Especial pode decretar, havendo fundamentos legítimos, o sigilo de seu nome, facultando acesso apenas ao Ministério Público e à autoridade judiciária, caso solicitado.

§4º As denúncias poderão ser encaminhadas pessoalmente à Comissão Especial, que as receberá nos dias úteis na Rua Platão 1858, Alto Paraná - PR, no horário de 8h às 11h30.

§5º As denúncias poderão também ser encaminhadas para o e-mail secretariaassistenciassocial@altoparana.pr.gov.br

§6º Caso qualquer membro do CMDCA tome conhecimento da prática de conduta vedada, por qualquer meio, deverá imediatamente comunicar o fato e as provas a que teve acesso à Comissão Especial, para instauração, de ofício, do respectivo procedimento administrativo.

§ 7º O Ministério Público será identificado da instauração de todo e qualquer procedimento instaurado pela Comissão Especial.

Art. 16 No prazo de 1 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Especial deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao infrator para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 2 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, § 3º, inc. I, da Resolução n. 231/2022 do Conanda).

Parágrafo único. Havendo motivo relevante e comprovado o perigo na demora do julgamento, a Comissão poderá determinar, fundamentadamente em medida liminar, a retirada imediata ou a suspensão da propaganda e o recolhimento do material de campanha considerado irregular.

Art. 17 A Comissão Especial poderá, no prazo de 2 (dois) dias do término do prazo da defesa:

- I – arquivar o procedimento administrativo, se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se o representado e o representante, se for o caso;
- II – determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 2 (dois) dias contados do decurso do prazo previsto no *caput* (art. 11, § 3º, inc. I, da Resolução n. 231/2022 do Conanda).

§ 1º No caso do inc. II, o representante e o representado serão intimados a, querendo, comparecerem à reunião designada e efetuarern perguntas para as testemunhas ouvidas.

§ 2º Eventual ausência do representante ou do representado não impede a realização da reunião a que se refere o inc. II, desde que tenham sido ambos notificados para o ato.

§ 3º As partes poderão ser representadas, durante todas as etapas do procedimento, por advogado, desde que junte procuração nos autos, porém a ausência de defesa técnica não acarretará nenhum tipo de nulidade.

Art. 18 Finalizada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Especial decidirá, fundamentadamente, em até 2 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se for o caso, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, § 5º, da Resolução n. 231/2022 do Conanda).

§ 1º A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 2 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 5º, da Resolução n. 231/2022 do Conanda);

§ 2º No julgamento do recurso não será admitida reabertura da instrução, porém será facultada a sustentação oral aos envolvidos de até 10 (dez) minutos por parte, sendo dispensável a intimação destas para o julgamento.

Art. 19 Os nomes dos candidatos cassados deverão permanecer nas cédulas ou inserminados nas urnas eletrônicas.

Parágrafo único. Os votos atribuídos ao candidato cassado serão considerados nulos.

Art. 20 Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos, ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município, no sítio eletrônico e nas redes sociais da administração municipal, bem como noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dará ampla divulgação dos canais e locais onde poderão ser encaminhadas denúncias de violação das regras de campanha.

Art. 21 A Comissão Especial fará reunião com todos os candidatos habilitados em 2 (dois) momentos do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar:

- a) tão logo seja publicada a relação final dos(as) candidatos(as) considerados(as) habilitados(as);
 - b) na semana anterior ao dia da votação, com foco nas vedações específicas da votação, organização do pleito e participação de fiscais dos candidatos.
- § 1º** Em cada uma das solenidades será registrada ata da reunião, com a lista de presença dos candidatos e dos membros da Comissão Especial
- § 2º** Eventual ausência não isenta o candidato do cumprimento das regras do processo de escolha.

Art. 22 Os procedimentos administrativos de que tratam essa resolução poderão ser instaurados após a data da eleição, inclusive para apuração de condutas vedadas praticadas na data da votação e deverão ser concluídos antes da posse dos membros do Conselho Tutelar eleitos pela comunidade.

Parágrafo único. Aplicam-se, no que couber, as disposições desta resolução às eventuais irregularidades relativas à organização e condução do pleito em geral, cabendo à Comissão Especial processar e julgar as representações, com direito de recurso à Plenária do CMDCA.

CAPÍTULO IV – DAS REGRAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:

Art. 23 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei n. 9.504/1997 e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art. 24 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, uninominal, secreto e facultativo dos eleitores do município.

§ 1º A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Resolução 231/2022 do CONANDA, ou na que vier a lhe substituir, e fiscalizada pelo Ministério Público.

§2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, responsável pela realização do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar, deve buscar o apoio da Justiça Eleitoral;

§ 3º Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial do processo de escolha e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 4º As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5º O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art. 25 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial do processo de escolha, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§ 1º A constituição e as atribuições da Comissão Especial do processo de escolha deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá instituir subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá conferir ampla publicidade ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante publicação de Edital de Convocação do pleito no diário oficial do Município, ou meio equivalente, afixação em locais de amplo acesso ao público, chamadas na rádio, jornais, publicações em redes sociais e outros meios de divulgação.

§ 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal n. 9.504/1997.

§ 5º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, ou em outra data que venha a ser estabelecida em Lei Federal.

§ 6º Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes da data da votação, ou na data estabelecida pela Justiça Eleitoral ou pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 7º A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente à deflagração do processo de escolha, ou, em casos excepcionais, em até 30 dias da homologação do processo de escolha.

§ 8º O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

§9º Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente devem se declarar impedidos de atuar em todo o processo de escolha quando registrar candidatura seu cônjuge ou companheiro, parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.

Art. 26 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações.

§ 1º O edital a que se refere o *caput* deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inc. VII, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 3º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

- a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses de antecedência do dia estabelecido para o certame;
 - b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei n. 8.069/1990;
 - c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei;
 - d) composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha, já criada por Resolução própria;
 - e) informações sobre a remuneração, jornada de trabalho, período de plantão e/ou sobreaviso, direitos e deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar; e
 - f) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos candidatos suplentes.
- § 4º** O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pela legislação local.

Art. 27 O processo de escolha no Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados para cada Colegiado.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá enviar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

CAPÍTULO V – DOS REQUISITOS À CANDIDATURA

Art. 28 Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, o interessado deverá comprovar:

- I - reconhecida idoneidade moral;
- II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III - residir no Município a mais de 04 (quatro) anos;
- IV - estar em gozo de seus direitos políticos;
- V – ensino médio completo;
- VI – conhecimento básico em informática;
- VII – comparecer a reunião que será promovida pela comissão de escolha e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente antes da eleição, a fim de ser informado sobre o funcionamento do conselho tutelar, salvo justificativa plausível;
- VIII – certidão de antecedentes criminais da Comarca em que reside.

Art. 29 O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo poderá participar do processo de escolha subsequente, nos termos da Lei n. 13.824/2019.

CAPÍTULO VI – DA AVALIAÇÃO DOCUMENTAL E IMPUGNAÇÕES

Art. 30 Terminado o período de registro das candidaturas, a Comissão Especial do processo de escolha, no prazo de 3 (três) dias, publicará a relação dos candidatos registrados.

§ 1º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação da relação prevista no *caput*, indicando os elementos probatórios.

§ 2º Havendo impugnação, a Comissão Especial deverá notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo de 5 (cinco) dias para defesa, e realizar reunião para decidir acerca do pedido, podendo, se necessário, ouvir testemunhas, determinar a juntada de documentos e realizar outras diligências.

§ 3º Ultrapassada a etapa prevista nos §§ 1º e 2º, a Comissão Especial analisará o pedido de registro das candidaturas, independentemente de impugnação, e publicará, no prazo de 5 (cinco) dias, a relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos.

§ 6º Sem prejuízo da análise da Comissão Especial, é facultado ao Ministério Público o acesso a todos os requerimentos de candidatura.

Art. 31 Das decisões da Comissão Especial do processo de escolha, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar das datas das publicações previstas no artigo anterior.

Art. 32 Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

CAPÍTULO VII - DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO DE VOTOS

Art. 35 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial do processo de escolha e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo-se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

§ 1º A votação dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em horário idêntico àquele estabelecido pela Justiça Eleitoral para as eleições gerais, ou seja, das 08h às 17h.

§ 2º A Comissão Especial do processo de escolha poderá determinar o agrupamento de seções eleitorais para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto, às orientações da Justiça Eleitoral e às peculiaridades locais.

§3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente garantirá que o processo de escolha seja realizado em locais públicos de fácil acesso, observando os requisitos essenciais de acessibilidade, preferencialmente nos locais onde já se realizam as eleições regulares da Justiça Eleitoral.

Art. 36 A Comissão Especial do processo de escolha poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas e das listas de eleitores, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deve obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas de lona e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2º Será de responsabilidade da Comissão Especial do processo de escolha a confecção e a distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade, conforme modelo a ser aprovado, preferencialmente seguindo os parâmetros das cédulas impressas da Justiça

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ALTO PARANÁ/PR - CMDCA

Edital n. 001/2023 CMDCA

Abre inscrições para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Alto Paraná.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alto Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 231/2022 e na Lei Municipal n. 1499/2000, abre as inscrições para a escolha dos membros do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Alto Paraná - PR e dá outras providências.

1 DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO

1.1 Ficam abertas 5 (cinco) vagas para a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Alto Paraná - PR, para cumprimento de mandato de 4 (quatro) anos, no período de 10 (dez) de janeiro de 2024 a 9 (nove) de janeiro de 2028, em conformidade com o art. 139, §2º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

1.2 O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

1.2.1 O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

1.2.3 Aplica-se aos membros do Conselho Tutelar, no que couber, o regime disciplinar correlato ao funcionalismo público municipal, inclusive no que diz respeito à competência para processar ou julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal nº 8.112/1990.

1.3 Os 5 (cinco) candidatos que obtiverem maior número de votos, em conformidade com o disposto neste edital, assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

1.4 Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

1.5 A vaga, o vencimento mensal e a carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimentos
Membro do Conselho Tutelar	5	40 h/ semanal	R\$ 1.900,60

1.6 O horário de expediente do membro do Conselho Tutelar é das 08h às 18h, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

1.7 Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos fins de semana e feriados, conforme dispõe a Lei Municipal n. 1499/2000 ou a que a suceder.

1.8 A jornada extraordinária do membro do Conselho Tutelar, em sobreaviso, será remunerada ou compensada, conforme dispõe a Lei Municipal n.1499/2000 ou a que a suceder.

1.9 As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Resolução n. 231/2022 do Conanda, e a Lei Municipal n. 1499/2000 ou a que a suceder.

1.10 Os servidores públicos, quando eleitos para o cargo de membro do Conselho Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescido das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta da Lei Municipal n. 1499/2000, sendo-lhes assegurados todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato, exceto para fins de promoção por merecimento.

2 DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

2.1 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Alto Paraná ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução n. 231/2022 do Conanda e na Lei Municipal n. 1499/2000.

2.2 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

- Inscrição para registro das candidaturas;
- Apresentação dos candidatos habilitados, em sessão pública, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada;
- Sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo, uninominal e secreto dos eleitores do Município de Alto Paraná-PR cujo domicílio eleitoral tenha sido fixado dentro de prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao pleito.

3. DOS REQUISITOS À CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 1499/2000, a saber:

- Reconhecida idoneidade moral;
 - Idade superior a 21(vinte e um) anos;
 - Residir no município há mais de 04 (quatro) anos;
 - Estar em gozo de seus direitos políticos;
 - Ensino médio completo;
 - Conhecimento básico em informática;
 - Comparecer a reunião que será promovida pela Comissão de Escolha e o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente antes da eleição, a fim de ser informado sobre o funcionamento do Conselho Tutelar, salvo justificativa plausível;
- VIII- Certidão de antecedentes criminais da comarca em que reside.

3.2 Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos (cópia e respectivo original para conferência):

- Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento atualizada
- Cópia da Cédula da Identidade e CPF;
- Cópia do Comprovante de residência;
- Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio;
- Declaração que reside no município a mais de 4 anos assinado por testemunhas;
- Cópia de Diploma ou Certificado que comprove conhecimento básico em informática;
- O candidato deverá apresentar certidão de antecedentes criminais da Comarca que reside.
- Cópia do título de eleitor e cópia do comprovante ou certidão que comprove estar em dias com as obrigações eleitorais.

3.3 O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.4 O candidato deverá preencher ficha de inscrição que será emitida e entregue pela Secretaria Municipal de Assistência Social para registro da candidatura.

4. DA POSSIBILIDADE DE RECONDUÇÃO

4.1 O membro do Conselho Tutelar, eleito no processo de escolha anterior, poderá participar do presente processo.

5. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

5.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhado, padrastrô ou madrastra e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.1.2 Havendo candidatos na situação descrita no item acima, todos podem concorrer ao cargo, porém apenas o mais votado será empossado, permanecendo os demais na suplência e assumindo a função apenas no caso de afastamento ou de licença do titular que gerou o impedimento.

5.2 Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

6. DAS INSCRIÇÕES

6.1 As inscrições ficarão abertas do dia 21 (vinte e um) de abril a 12 de maio de 2023, em horário de atendimento ao público das 08h às 11h30 e 13h às 17h, na Secretaria de Assistência Social de Alto Paraná (Rua Platão, 1858), e devem ser realizadas pessoalmente pelo candidato ou por procurador (com poderes específicos, não sendo admitidas inscrições por e-mail ou outra forma digital).

6.2 Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

6.3 As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

6.4 No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar ficha de inscrição que será emitida e entregue pela Secretaria Municipal de Assistência Social para registro da candidatura, além dos documentos previstos no item 3 (três) deste edital.

6.5 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.

6.6 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, da Resolução n. 231/2022 do Conanda e na Lei Municipal n. 1499/2000, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

6.7 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 3 (três) deste Edital.

6.8 A inscrição será gratuita.

6.9 É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento da ficha de inscrição e a entrega da documentação exigida.

6.10 Caberá à Comissão Especial decidir, excepcionalmente, acerca da possibilidade de complementação de documentação apresentada dentro do prazo pelos candidatos.

6.11 Sem prejuízo da publicação oficial, os candidatos serão notificados das decisões da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que lhe digam respeito por meio do endereço de e-mail ou por aplicativo de mensagem eletrônica do número de telefone identificado no formulário de inscrição, dispensando-se a confirmação de recebimento ou outras formas de notificação pessoal.

7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

7.1 As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

7.2 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

7.3 A Comissão Especial tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como de fornecer dados inverídicos ou falsos.

7.4 A Comissão Especial tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal n. 1499/2000 e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

7.5 A relação de inscrições realizadas será publicada, pela Comissão Especial do processo de escolha, no dia 21 (vinte e um) de maio de 2023, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

7.6 Publicada a lista dos inscritos, qualquer cidadão poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 5 (cinco dias), no horário de atendimento ao público, na Secretaria de Assistência Social de Alto Paraná, admitindo-se o envio de impugnações por meio eletrônico para o e-mail secretariaassistenciasocial@altoparana.pr.gov.br.

7.7 Havendo impugnação, a Comissão Especial notificará os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo de 5 (cinco) dias para defesa, e realizará reunião para decidir acerca do pedido, podendo, se necessário, ouvir testemunhas, determinar a juntada de documentos e realizar outras diligências, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

7.8 Independentemente de ter havido impugnação, ultrapassada a etapa do item 7.7, a Comissão Especial analisará individualmente o pedido de registro das candidaturas e publicará, até o dia 31/05/2023, a relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

7.9 Das decisões da Comissão Especial, os candidatos ou os impugnantes poderão interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias, no horário de atendimento ao público, na Secretaria de Assistência Social, admitindo-se o envio do documento por meio eletrônico para o e-mail secretariaassistenciasocial@altoparana.pr.gov.br.

7.10 Havendo recurso, a Plenária do CMDCA se reunirá em caráter extraordinário para julgamento no prazo de 5 (cinco) dias, notificando os interessados acerca da data definida, publicando posteriormente extrato de sua decisão.

7.11 Finalizada a etapa recursal, será publicada a lista de todos os candidatos cujas inscrições foram deferidas e indeferidas, o que deverá ocorrer até dia 25/06/2023, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

7.12 Os candidatos habilitados receberão um número de inscrição composto por, no mínimo, 2 (dois) dígitos, distribuído em ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidatos.

7.13 Finalizadas todas as etapas, será publicada a lista final dos candidatos habilitados, o que deverá ocorrer até dia 03/07/2023, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

7.14 Entre os dias 10/07/2023 e 14/07/2023, será realizada reunião dos candidatos considerados aptos a fim de serem informados sobre o funcionamento do Conselho Tutelar.

8. DA PROPAGANDA ELEITORAL

8.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

8.2 A propaganda eleitoral poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e *currículo vital*.

8.3 A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.

8.4 É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

8.5 Aplicam-se ao pleito as diretrizes previstas na Resolução n. 231/2022 do Conanda e, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores, observadas ainda as seguintes vedações, que poderão ser consideradas aptas a gerar inidoneidade moral do candidato:

- abuso do poder econômico na propaganda feita por meio dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e no art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;
- doação, oferta, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
- propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público;
- participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;
- abuso do poder político-partidário assim entendido como a utilização da estrutura e financiamento das candidaturas pelos partidos políticos no processo de escolha;
- abuso do poder religioso, assim entendido como o financiamento das candidaturas pelas entidades religiosas no processo de escolha e veiculação de propaganda em templos de qualquer religião, nos termos da Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores;
- favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública;

VIII- distribuição de camisetas e qualquer outro tipo de divulgação em vestuário;

IX- propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

- considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbanas;
- considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
- considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

IX-X- propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como por faixas, letreros e banners com fotos ou outras formas de propaganda de massa;

XI- abuso de propaganda na internet e em redes sociais.

8.6 A campanha deverá ser realizada de forma individual por cada candidato, sem possibilidade de constituição de chapas.

8.7 Os candidatos poderão promover as suas candidaturas por meio de divulgação na internet desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular.

8.7.1 A livre manifestação do pensamento do candidato e/ou do eleitor identificado ou identificável na internet é passível de limitação quando ocorrer ofensa à honra de terceiros ou divulgação de fatos sabidamente inverídicos.

8.7.2 A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

- em página eletrônica do candidato ou em perfil em rede social, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Especial e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País;
 - por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, vedada realização de disparo em massa;
 - por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa natural, desde que não utilize sítios comerciais e/ou contrate impulsionamento de conteúdos.
- 8.7.3 Para o fim deste Edital, considera-se:
- internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes;
 - aplicações de internet: o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet;
 - página eletrônica: o endereço eletrônico na internet subdividido em uma ou mais páginas, que possam ser acessadas com base na mesma raiz;
 - blog: o endereço eletrônico na internet, mantido ou não por provedor de hospedagem, composto por uma única página em caráter pessoal;
 - impulsionamento de conteúdo: o mecanismo ou serviço que, mediante contratação com os provedores de aplicação de internet, potencializem o alcance e a divulgação da informação para atingir usuários que, normalmente, não teriam acesso ao seu conteúdo;
 - rede social na internet: a estrutura social composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que compartilham valores e objetivos comuns;
 - aplicativo de mensagens instantâneas ou chamada de voz: o aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para *smartphones*.
 - disparo em massa: envio automatizado ou manual de um mesmo conteúdo para um grande volume de usuários, simultaneamente ou com intervalos de tempo, por meio de qualquer serviço de mensagem ou provedor de aplicação na internet.

8.8 No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

- Utilização de espaço na mídia;
- Transporte aos eleitores;
- Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carrea;
- Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;
- Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

8.8.1 É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, discos e adesivos.

8.9 Compete à Comissão Especial processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, assegurada a ampla defesa e o contraditório, na forma de resolução específica.

8.10 Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

8.11 O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

8.12 É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito e dos candidatos habilitados, em igualdade de condições.

8.13 É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, em benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de cassação da candidatura e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

8.14 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente organizará sessão aberta a toda a comunidade para a apresentação dos candidatos habilitados, com data e horário a serem amplamente divulgados.

9. DA ELEIÇÃO

9.1 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto direto, facultativo, uninominal e secreto dos eleitores aptos no cadastro da Justiça Eleitoral no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

9.2 A eleição será realizada no dia 1º de outubro de 2023¹, das 8h às 17h².

9.3 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial, publicados até o dia 01/09/2023 nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

9.4 Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.

9.5 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 90 (noventa) dias antes do pleito eleitoral, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral (ou outro prazo alinhado com o TRE).

9.6 Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.

9.7 O voto é sigiloso, e o eleitor votará em cabina indepassável.

9.8 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento oficial equivalente, com foto.

9.9 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença e mencionando na ata a dúvida suscitada.

9.10 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.

9.11 O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

9.12 A votação se dará em uma eletrônica, cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, com a indicação do respectivo número do candidato.

9.13 Caso não seja possível contar com a cessão das urnas eletrônicas, a votação se dará por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, seguindo os parâmetros das cédulas impressas da Justiça Eleitoral, aprovadas previamente pela Comissão Especial, constando, em sua parte frontal, espaço para o preenchimento do número do candidato (a depender da definição do modelo de cédula).

9.14 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial.

9.15 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

9.16 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

9.17 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário, e, na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial.

9.18 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial.

- 9.19 Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:
- Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;
 - O cônjuge ou o companheiro do candidato;
 - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

9.20 Os candidatos poderão indicar um fiscal por cada seção eleitoral (local de votação), que deverão estar identificados por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade deles à Comissão Especial até o dia 25/09/2023.

10. DA APURAÇÃO

10.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou em local definido pela Comissão Especial, imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral, contando com a presença dos escrutinadores, do representante do Ministério Público, se possível, e da Comissão Especial.

10.2 Após a apuração dos votos, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação exclusivamente a respeito da apuração, que será decidida pela Comissão Especial, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.3 Após o término das votações, o Presidente, o Mesário e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.

10.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação.

10.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

10.6 Todos os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

10.7 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com mais idade.

11. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

11.1 O resultado da eleição será publicado no dia 03/10/2023, em edital publicado nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, bem como afixado em mural do Município e do CMDCA, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

11.2 Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo(a) Prefeito(a) Municipal.

11.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10/01/2024.³

11.4 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.

11.5 Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

12. DO CALENDÁRIO

12.1 Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar

Data	Etapas
Até 31/03/2023	Publicação do Edital
21/04/2023 a 12/05/2023	Prazo para registro das candidaturas (item 6.1)
21/05/2023	Publicação, pela Comissão Especial do processo de escolha, da lista dos candidatos inscritos e abertura do prazo de 5 (cinco) dias para impugnação das candidaturas junto à Comissão Especial, pela população em geral, encaminhando-se cópia ao Ministério Público (Itens 7.5 e 7.6)
31/05/2023	Análise do pedido de registro das candidaturas, independentemente de impugnação, e publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela Comissão Especial (item 7.8)
25/06/2023	Publicação, pelo CMDCA, de relação final das inscrições deferidas e indeferidas após o julgamento dos recursos pelo CMDCA, com cópia ao Ministério Público (item 7.11)
03/07/2023	Início do período de campanha/propaganda eleitoral
10/07/2023 a 14/07/2023	Reunião com os candidatos habilitados para orientações acerca das condutas vedadas
Até 01/09/2023	Divulgação dos locais de votação (item 9.3)
1º/10/2023	Eleição (item 9.2)
03/10/2023	Publicação do resultado da apuração (item 10)

³ Data estabelecida na forma do art. 139, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

10/01/2024	Posse (item 11.3)
------------	-------------------

12.2 Fica facultada à Comissão Especial e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução n. 231/2022 do Conanda e na Lei Municipal n.1499/2000, sem prejuízo das demais leis afetas.

13.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

13.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

13.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

13.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

13.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço (físico e de e-mail) e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

13.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

13.8 O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a

PUBLICAÇÃO LEGAL Edição - 19.255

<div> PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ Rua Dom Pedro II n° 800 - CNPJ 76.238.435/0001-30 Caixa Postal n° 01 Fone 44 3445-8150 - www.saojoaodocaiua.pr.gov.br E-mail prefeitura@saojoaodocaiua.pr.gov.br CEP 87.740-000 - São João do Caiuá - Paraná </div>		
DECRETO Nº 5.383 De 29 de março de 2023.		
Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.		
STEFAN TOMÉ PAUKA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E, CONSIDERANDO O DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL Nº 2.677 DE 28 DE MARÇO DE 2023,		
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional suplementar no valor total de até R\$3.199.445,05 (três milhões, cento e noventa e nove mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos), destinados a atender despesas fixadas na lei orçamentária para o exercício de 2023.		
CODIGO	DEPARTAMENTO	VALOR
02	GOVERNO MUNICIPAL	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04	Administração	
02.001.04.122	Administração Geral	
02.001.04.122.0002	ATOES GOVERNAMENTAIS SUPERIORES E ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
02.001.04.122.0002.2.005	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários - (Livres)	5,000,00
03	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL - D.A.F.	
03.001.04	Administração	
03.001.04.122	Administração Geral	
03.001.04.122.0002	ATOES GOVERNAMENTAIS SUPERIORES E ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
03.001.04.122.0002.1.161	Requisitamentos dos Departamentos Administrativos	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários - (Livres)	10,000,00
03.001.04.122.0002.2.006	Administração Geral do Departamento de Administração e Finanças	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários - (Livres)	50,000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários - (Livres)	30,000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários - (Livres)	50,000,00
03.001.04.122.0002.2.007	Encargos Gerais do Município	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários - (Livres)	50,000,00
3.3.90.35.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários - (Livres)	50,000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários - (Livres)	50,000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários - (Livres)	50,000,00
03.001.04.122.0002.2.011	Contribuição para a manutenção da AMUNPAR	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários - (Livres)	5,000,00
03.001.04.129.0002	ATOES GOVERNAMENTAIS SUPERIORES E ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
03.001.04.129.0002.2.013	Manutenção dos Serviços de Tributação e Fiscalização	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte 30003.13.03.00.00	Apoio financeiro aos Municípios - AFM	3,486,91
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários - (Livres)	20,000,00
03.001.04.129.0002.2.014	Manutenção dos Serviços de Tesouraria	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários - (Livres)	8,000,00
04	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
04.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL - DOSP	
04.001.04	Administração	
04.001.04.122	Administração Geral	
04.001.04.122.009	GERENCIAMENTO DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO	
04.001.04.122.009.1.012	Executar programa de pavimentação de estradas vicinais do Município	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte 300504.99.99.00.00	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	53,000,00
04.001.04.122.009.2.026	Administração Geral do Departamento de Viação, Obras e Urbanismo	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários - (Livres)	100,000,00
04.001.15	Urbanismo	
04.001.15.451	Infra-estrutura Urbana	
04.001.15.451.0015	INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES URBANOS	
04.001.15.451.0015.1.025	Recuperação da Pavimentação Urbana	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte 300501.04.99.00.00	Recetas de Alienações de Ativos	16,847,12
Fonte 300504.99.99.00.00	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	99,977,70
04.001.15.452	Serviços Urbanos	
04.001.15.452.0011	Urbanismo	
04.001.15.452.0011.1.032	Instalar Parque Infantil em Praça Pública e Demais Equipamentos	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários - (Livres)	70,000,00
04.001.17	Saneamento	
04.001.17.512	Saneamento Básico Urbano	
04.001.17.512.0016	PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO	
04.001.17.512.0016.1.041	Usina de Reciclagem de Lixo	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres)	50,000,00
Fonte 100511.01.07.00.00	Taxas - Prestação de Serviços	30,000,00
04.001.17.512.0016.2.039	Coleta de Lixo e Limpeza Domiciliar	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres)	25,000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários - (Livres)	200,000,00
04.001.17.512.0016.2.040	Participação no CICA - Consórcio Intermunicipal CAIUA Ambiental	
3.1.71.70.00.00	RATHEO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓCIO PÚBLICO	
Fonte 100000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres)	31,800,00
04.001.26	TRANSPORTE	
04.001.26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
04.001.26.782.0018	Estradas Municipais	
04.001.26.782.0018.2.046	Manutenção de Estradas Municipais	
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres)	5,000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres)	20,000,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.001.12	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO	
05.001.12.361	Educação	
05.001.12.361.0019	Ensino Fundamental	
05.001.12.361.0019.2.051	Administração Geral do Ensino Fundamental	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
Fonte 100103.01.01.00.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5,000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 100103.01.01.00.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	40,000,00
05.002	DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
05.002.12	Educação	
05.002.12.361	Ensino Fundamental	
05.002.12.361.0019	CRIANÇA NA ESCOLA	
05.002.12.361.0019.2.050	Merenda Escolar do Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres)	50,000,00
05.002.12.361.0019.2.057	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte 100107.99.01.00.00	Salário Educação	28,290,45
Fonte 1013.09.01.05.18.00	Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE	9,006,34
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 100103.01.01.00.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	25,000,00
Fonte 100104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	10,000,00
05.003.12	Educação	
05.003.12.365	Educação Infantil	
05.003.12.365.0019	CRIANÇA NA ESCOLA	
05.003.12.365.0019.1.036	Instalar parque de infantil no CMEI Alda de Aguiar Silveira - Recursos Próprios	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte 100103.01.01.00.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	20,000,00
05.003.12.365.0019.1.180	Reequipamento do Centro de Educação Pré-escolar Alda de Aguiar	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATEIAL PERMANENTE	
Fonte 100103.01.01.00.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50,000,00
Fonte 100104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	50,000,00
05.003.12.365.0019.2.062	Manutenção do CMEI Menino Jesus - CRECHE - Recursos Próprios	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
Fonte 100103.01.01.00.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5,000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
Fonte 100103.01.01.00.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	25,000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 100103.01.01.00.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50,000,00
05.003.12	Educação	
05.003.12.365	Educação Infantil	
05.003.12.365.0019	CRIANÇA NA ESCOLA	
05.003.12.365.0019.1.036	Instalar parque de infantil no CMEI Alda de Aguiar Silveira - Recursos Próprios	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte 100103.01.01.00.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	20,000,00
05.003.12.365.0019.1.180	Reequipamento do Centro de Educação Pré-escolar Alda de Aguiar	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATEIAL PERMANENTE	
Fonte 100103.01.01.00.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50,000,00
Fonte 100104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	50,000,00
05.003.12.365.0019.2.062	Manutenção do CMEI Menino Jesus - CRECHE - Recursos Próprios	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
Fonte 100103.01.01.00.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2,500,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
Fonte 100103.01.01.00.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	25,000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 100103.01.01.00.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	35,000,00
Fonte 100104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	15,000,00
05.003.12.365.0019.2.063	Merenda Escolar na Educação Infantil	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres)	30,000,00

05.003.12.365.0019.2.064	Manutenção do CMEI Alda de Aguiar - Pré-Escolar (Recursos Próprios)	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte 100103.01.01.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
Fonte 100104.01.01.00	Demais impostos vinculados à educação básica	10.000,00
Fonte 100107.99.01.00	Salário Educação	25.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
Fonte 100103.01.01.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	30.000,00
Fonte 100104.01.01.00	Demais impostos vinculados à educação básica	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 100103.01.01.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	35.000,00
Fonte 100104.01.01.00	Demais impostos vinculados à educação básica	15.000,00
05.003.12.365.0019.2.069	Manutenção do CMEI Professora Martha Garcia Furtado - CRECHE (Recursos Próprios)	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
Fonte 100103.01.01.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	45.000,00
Fonte 100104.01.01.00	Demais impostos vinculados à educação básica	15.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 100103.01.01.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	40.000,00
Fonte 100104.01.01.00	Demais impostos vinculados à educação básica	20.000,00
06.	DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTOS E LAZER	
06.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL - D.C.E.L.	
06.001.13.	Cultura	
06.001.13.392.	Diffusão Cultural	
06.001.13.392.0021.	CULTURA É CIDADANIA	
06.001.13.392.0021.2.066	Manutenção da Casa da Cultura e suas Atividades	
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 300000.01.07.00	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
06.001.27.	Desportos e Lazer	
06.001.27.812.	Desporto Comunitário	
06.001.27.812.0020	LAZER E DESPORTOS PARA TODOS	
06.001.27.812.0020.2.073	Manutenção das Atividades Desportivas	
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 300000.01.07.00	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
07.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SAÚDE	
07.001.10.	Saúde	
07.001.10.301.	Atenção Básica	
07.001.10.301.0022	SÃO JOÃO NA SAÚDE	
07.001.10.301.0022.2.077	Coordenação Geral do Sistema Único de Saúde	
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 100303.01.02.00	Saúde - Recetas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	30.000,00
Fonte 300000.01.07.00	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.3.90.40.00.00.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 300000.01.07.00	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
07.001.10.301.0022.2.081	PAB - Programa de Atenção Básica no NIS Centro	
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 100303.01.02.00	Saúde - Recetas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	39.500,00
Fonte 300000.01.07.00	Recursos Ordinários (Livres)	260.500,00
07.001.10.301.0022.2.082	PSF - Programa Saúde da Família	
3.3.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Fonte 100494.09.02.06.00	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	100.000,00
07.001.10.301.0022.2.083	PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde	
3.3.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Fonte 100494.09.02.06.00.	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	100.000,00
07.001.10.302.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
07.001.10.302.0022.	SÃO JOÃO NA SAÚDE	
07.001.10.302.0022.2.088	Manutenção do Hospital Municipal	
3.3.90.04.00.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
Fonte 100303.01.02.00	Saúde - Recetas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	30.000,00
Fonte 300000.01.07.00	Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 100303.01.02.00	Saúde - Recetas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	50.000,00
Fonte 100369.09.02.06.	Serviços Prestados SUS/Faturamento AÍHS	38.156,71
Fonte 300000.01.07.00	Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
07.001.10.303.	Suporte Fisiológico e Terapêutico	
07.001.10.303.0022.	SÃO JOÃO NA SAÚDE	
07.001.10.303.0022.2.087	Programa Saúde Bucal	
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 100303.01.02.00	Saúde - Recetas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	28.850,00
07.001.10.304.	Vigilância Sanitária	
07.001.10.304.0022	SÃO JOÃO NA SAÚDE	
07.001.10.304.0022.2.084	Serviços de Vigilância Sanitária	
3.3.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Fonte 100303.01.02.00	Saúde - Recetas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	50.000,00
07.001.10.305.	Vigilância Epidemiológica	
07.001.10.305.0022.	SÃO JOÃO NA SAÚDE	
07.001.10.305.0022.2.085	ECD - Endemias e Controle de Doenças	
3.3.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Fonte 100303.01.02.00	Saúde - Recetas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	50.000,00
08.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO F.M.A.S.	
08.001.08.	Assistência Social	
08.001.08.244.	Assistência Comunitária	
08.001.08.244.0023.	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	
08.001.08.244.0023.2.090	Administração Geral do Fundo Municipal de Assistência Social	
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
Fonte 100000.01.07.00	Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 100000.01.07.00	Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
08.001.08.244.0023.2.091	Programa de Atenção Básica Integral as Famílias	
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 300000.01.07.00	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
08.002.	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
08.002.08.	Assistência Social	
08.002.08.243.	Assistência Social GERAL	
08.002.08.243.	Assistência à Criança e ao Adolescente	
08.002.08.243.0023.	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	
08.002.08.243.0023.6.098	Atividades do CRAS - Direcionamento à Criança e ao Adolescentes	
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
Fonte 100000.01.07.00	Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 100000.01.07.00	Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
08.002.	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
08.002.08.	Assistência Social	
08.002.08.243.	Assistência à Criança e ao Adolescente	
08.002.08.243.0023.	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	
08.002.08.243.0023.6.100	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
Fonte 100000.01.07.00	Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
08.002.08.243.0023.6.104	Manutenção da Casa Lar	
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 100000.01.07.00	Recursos Ordinários - (Livres)	18.000,00
09	Departamento de Fomento Agrícola e Meio Ambiente	
09.001.	Administração Geral do D.F.A.M.A.	
09.001.18.	Gestão Ambiental	
09.001.18.541.	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	
09.001.18.541.0029.	DEFESA DO MEIO AMBIENTE	
09.001.18.541.0029.2.107	Encargos com a Preservação Ambiental	
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 300000.01.07.00	Recursos Ordinários - (Livres)	50.000,00
09.001.20.	Agricultura	
09.001.20.608.	PRODUÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	
09.001.20.608.0028.	FOMENTO AGROPECUARIO	
09.001.20.608.0028.2.115	Semana Comemorativa do Município de São João do Catui	
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte 300000.01.07.00	Recursos Ordinários - (Livres)	150.000,00
TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO		3.199.445,05
Art. 2º A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado pelo presente decreto, far-se-á mediante cancelamentos e superávit das seguintes fontes:		
03.	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL - D.A.F.	
03.001.04.	Administração	
03.001.04.	Administração	
03.001.04.124.	CONTROLE INTERNO	
03.001.04.124.0002.	ACOES GOVERNAMENTAIS SUPERIORES E ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
03.001.04.124.0002.2.012	Manutenção dos Serviços de Orçamento e Contabilidade	
3.3.90.35.00.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	
Fonte 100000.01.07.00(65)	Recursos Ordinários - (Livres)	37.100,00
03.001.28.843.	Serviços da Dívida Interna	
03.001.28.843.0006.	SERVIÇOS DA DÍVIDA PÚBLICA	
03.001.28.843.0006.0.017	Amortização e Encargos da Dívida Contratada Resultante de Operações de Crédito	
3.3.90.21.00.00.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	
Fonte 100000.01.07.00(93)	Recursos Ordinários - (Livres)	6.300,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Implantar Clóvia as margens da Rodovia	
03.001.04.122.009.1.015	Recursos Ordinários - (Livres)	15.800,00
04.	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
04.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL - D.OSP	
04.001.04.	Administração	
04.001.04.122.	Administração Geral	
04.001.04.122.009.	GERENCIAMENTO DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO	
04.001.04.122.009.1.015	Adquirir áreas de terra destinadas a serviços públicos	
4.4.90.61.00.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
Fonte 100000.01.07.00(105)	Recursos Ordinários - (Livres)	42.350,00
04.001.04.122.009.2.026	Implantar Clóvia as margens da Rodovia	
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte 100000.01.07.00.00(120)	Recursos Ordinários (Livres)	31.700,00
04.001.15.	Urbanismo	
04.001.15.452.	Serviços Urbanos	
04.001.15.452.0010.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
04.001.15.452.0010.1.007	Recursos Ordinários (Livres)	42.350,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte 100000.01.07.00.00(137)	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
04.001.15.452.0010.2.031	Serviços de Iluminação Pública	
3.3.90.30.00.00.00.00(133)	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte 100000.01.07.00.00(133)	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
04.001.15.452.0011.	Urbanização	
04.001.15.452.0011.2.033	Manutenção e Conservação de Praças, Parques, Jardins e Canteiros	
3.3.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Fonte 100000.01.07.00.00(142)	Recursos Ordinários - (Livres)	20.000,00
04.001.15.452.0013.	SERVIÇOS FUNERARIOS	
04.001.15.452.0013.2.049	Reforma e Recuperação do Cemitério Municipal	
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte 100000.01.07.00.00(149)	Recursos Ordinários (Livres)	27.950,00
04.001.16.	Habitação	
04.001.16.482.	Habitação Urbana	

PUBLICAÇÃO LEGAL Edição - 19.255

[illegible][illegible]

AFURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS		DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS (f)	DESPESAS PAGAS (g)
Total das Despesas com ASPS (XVI) = (X) + (XI)		645.516,88	588.570,68	503.781,55
(I) Restos a Pagar Não Processados Inscrição Indevidos no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XII)		0,00	0,00	0,00
(II) Despesas Contábeis com Restos Vinculados à Portaria de Previdência Morte que não for Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)		0,00	0,00	0,00
(III) Despesas Contábeis com Disponibilidade de Caixa Vinculadas aos Restos a Pagar Cancelados (XV)		0,00	0,00	0,00
(IV) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII) + (XIII) - (XIV) - (XV)		645.516,88	588.570,68	503.781,55
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) + 15% LC 14/2012				
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (II) + 0,00% LC Origina Municipal				584.992,17
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XIX) = (XVI) - (XVII) [(e ou f) - (e ou f) - (XVII)]				0,00
Límite não Cumprido (XX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)				13.576,51
PERCENTUAL DA DESPESA EM IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XIX) / (II) * 100 (mínimo de 15% conforme LC nº 14/2012 ou 1% para a Prefeitura Municipal)				
				13,35

CONTROLE DO LIMITE REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DO LC 14/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				Saldo Final (não aplicado) (II) = (I) - (e ou f)
	Despesas Contábeis no Exercício de Referência			Pagas (g)	
	Empenhadas (e)	Liquidadas (f)			
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo final = X306)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Diferença de limite não cumprido em 2022 (saldo inicial qual o saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial qual o saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA:

1Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

MIRADOR - PR, 28 de março de 2023


<p>FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN CPF/CNPJ: 052.989.279-04 PREFEITO</p>	<p>WILLIANE GRAZIELLE DE SOUZA VANDERLEI CPF/CNPJ: 004.330.468-36 Presidente C.M.D.C.A</p>
--	--

ELIEL DOS SANTOS CORREA

Prefeito

TIAGO DE OLIVEIRA LIMA

Contador



MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO NORTE

Estado do Paraná

Exercício: 2022

Balanco Orçamentário

Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985

Anexo XII da Lei nº 4.320/64

Período de Janeiro a Dezembro

Consolidado

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	34.939.561,70	39.587.748,39	36.069.201,51	32.915.402,92	32.554.159,11	3.518.546,88
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.194.643,34	22.379.323,32	21.001.459,38	20.997.353,65	20.824.485,79	1.377.863,94
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.594.918,36	17.208.425,06	15.067.742,13	11.918.049,27	11.729.673,32	2.140.682,93
DESPESAS DE CAPITAL	1.277.627,77	6.082.737,11	3.732.769,70	2.719.102,23	2.578.838,19	2.349.967,41
INVESTIMENTOS	527.627,77	5.341.052,25	3.002.644,72	1.988.977,25	1.848.713,21	2.338.407,53
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	750.000,00	741.684,86	730.124,98	730.124,98	730.124,98	11.559,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	5.000,10	0,00	0,00	0,00	5.000,10
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	36.227.189,47	45.675.485,60	39.801.971,21	35.634.505,15	35.132.997,30	5.873.514,39
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VII) = (V+VI)	36.227.189,47	45.675.485,60	39.801.971,21	35.634.505,15	35.132.997,30	5.873.514,39
SUPERÁVIT (VIII)	0,00	0,00	0,00	2.738.116,57	3.239.624,42	0,00
TOTAL (IX) = (VII + VIII)	36.227.189,47	45.675.485,60	39.801.971,21	38.372.621,72	38.372.621,72	5.873.514,39
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00


ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:						
RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO (A LIQUIDAR) (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	
DESPESAS CORRENTES	14.314,31	610.355,23	432.356,63	426.963,13	119.700,95	78.005,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.510,84	30.546,88	27.175,60	27.175,60	3.371,28	1.510,84
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.803,47	579.808,35	405.181,03	399.787,53	116.329,67	76.494,62
DESPESAS DE CAPITAL	261.550,79	625.915,86	695.134,48	695.134,48	46.609,48	145.722,69
INVESTIMENTOS	261.550,79	625.915,86	695.134,48	695.134,48	46.609,48	145.722,69
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	275.865,10	1.236.271,09	1.127.491,11	1.122.097,61	166.310,43	223.728,15
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:						
RESTOSA PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO (A PAGAR) (f)=(a+b-c-d)	
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)		
DESPESAS CORRENTES		8.030,04	288.619,90	282.780,72	3.201,68	10.667,54
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.515,14	14.674,18	13.377,28	329,18	2.482,86
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		6.514,90	273.945,72	269.403,44	2.872,50	8.184,68
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	46.349,64	40.000,00	6.349,64	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	46.349,64	40.000,00	6.349,64	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		8.030,04	334.969,54	322.780,72	9.551,32	10.667,54

ELIEL DOS SANTOS CORREA

Prefeito

TIAGO DE OLIVEIRA LIMA

Contador



MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO NORTE

Estado do Paraná

BALANÇO PATRIMONIAL

Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985

Anexo XIV, da Lei nº 4.320/64

EXERCÍCIO: 2022

PERÍODO: 1 a 12

DATA EMISSÃO: 29/03/2023

PÁGINA: 1

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	27.399.438,54	20.966.151,37	PASSIVO CIRCULANTE	927.087,76	526.592,27
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.375.869,85	4.954.349,23	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Curto Prazo	186.317,07	23.049,94
Créditos a Curto Prazo	5.765.114,23	5.032.236,61	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	26.292,85	26.292,85
Clientes	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	277.220,17	261.374,24
Créditos Tributários a Receber	4.332.752,75	3.624.574,19	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributaria	1.546.942,88	1.522.243,82	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Dívida Ativa não Tributaria - Clientes	0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	437.257,67	215.875,24
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00			
(-) Ajuste de Perdas de Crédito a Curto Prazo	-114.581,40	-114.581,40			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	646.167,29	599.040,42			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	7.206.384,41	7.682.418,69			
Estoque	6.405.902,76	2.698.106,42			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	22.730.197,94	20.108.142,52	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	94.339.300,13	86.329.218,99
Ativo Realizável a Longo Prazo	813.884,76	813.884,76	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Longo Prazo	2.449.524,71	3.118.810,05
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	1.971.464,01	1.583.784,92
Clientes	0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributaria	0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo	89.918.311,41	81.626.624,02
Dívida Ativa não Tributaria-Clientes	0,00	0,00	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Resultado Diferido	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	813.884,76	813.884,76			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00			
Estoque	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00			
Investimentos	0,00	0,00			
Participações Permanentes	0,00	0,00			
Participações Avaliadas pelo Método de	0,00	0,00			
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00			
Propriedades para Investimento	0,00	0,00			
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00			
Imobilizado	21.916.313,18	19.294.257,76			
Bens Móveis	10.890.324,83	10.148.050,01			
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Móveis	0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00			
Bens Imóveis	11.025.988,35	9.146.207,75			
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00			
Intangível	0,00	0,00			
Softwares	0,00	0,00			
Marcas, Direitos e Patentes	0,00	0,00			
Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00			
(-) Amortização Acumulada	0,00	0,00			
Diferido	0,00	0,00			
TOTAL	50.129.636,48	41.074.293,89	TOTAL DO PASSIVO	95.266.387,89	86.855.811,26
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
			Reserva de Capital	0,00	0,00
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Reserva de Lucros	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	-45.136.751,41	-45.781.517,37
			Resultado do Exercício	644.765,96	-14.727.784,38
			Resultados de Exercícios Anteriores	-45.781.517,37	-31.053.732,99
			Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
			Outros Resultados	0,00	0,00
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-45.136.751,41	-45.781.517,37
			TOTAL	50.129.636,48	41.074.293,89

ATIVO FINANCEIRO

14.614.774,99

12.669.241,14

ATIVO PERMANENTE

35.514.861,49

28.405.052,75

SALDO PATRIMONIAL

Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Direitos Contratuais	680.045,65	680.045,65	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneros	0,00	0,00	Obrigações Contratuais	0,00	293.725,20
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congên.	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	680.045,65	680.045,65	TOTAL	0,00	293.725,20

DESTINAÇÃO DE RECURSOS			SUPERÁVIT/DÉFICIT	SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTERIOR
000 - RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)-EXERCICIO CORRENTE			-2.131.233,62	-634.492,09
001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados) - Exercícios Anteriores			589.813,76	422.187,19
003 - Apoio financeiro aos municípios (AFM)			4.714,20	73.169,16
040 - Regime Próprio de Previdência Social - Exercícios Anteriores			3.810.108,64	4.900.706,05
094 - CONSIGNAÇÕES			1.061,12	216,42
101 - FUNDEF 60% - EXERCICIO ANTERIOR			35.059,00	72.283,73
1015 - Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei nº 13.885/2019			203.786,84	0,00
1016 - Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 169-A da E.C. 10			1.108.817,82	643.284,28
1019 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Coronavírus (COVID-19)			139.516,98	110.428,98
102 - FUNDEF/FUNDEB 40%			12.205,10	49.237,41
1021 - FEAS - Incentivo Benefício Eventual - COVID 19			122,26	111,44
1022 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - (COVID-19)			61.994,45	53.551,71
1023 - Prestação Pecuniária do Poder Judiciário alocado ao Fundo Estadual de Saúde (COVID-19)			10.174,00	10.174,00
1024 - Ações de Saúde Assistência Social para enfrentamento à COVID-19 - LC nº 173/2020 - Inciso I.			8.540,82	9.703,92
1029 - Enfrentamento das demandas assistenciais geradas pela COVID-19 - Res.SESA 356/2021 - Port GM			8.806,00	8.806,00
103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			34.452,11	-94.700,83
1035 - Incentivo Financeiro - COVID-19 - Escolas Públicas da Rede Básica de ensino - Portaria 1857/2			27,00	27,00
104 - Demais impostos vinculados à educação básica			164.799,58	102.426,97
1042 - PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar			-192,00	0,00
1043 - PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar			6.355,20	0,00
105 - FUNDOS INVEST.R.FIXA REC.MDE/OUTR.VINCULADO			365,51	333,19
1056 - Auxílio Financeira - Outorga Credito Tributario ICMS - Recursos Educação			2.105,45	0,00
1057 - Auxilio Financeiro - Outorga Credito Tributario ICMS - Recursos Livres			31.581,75	0,00
107 - SALARIO EDUCACAO - EXERCICIO CORRENTE			4.499,06	1.732,92
1109 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO			-349.042,45	0,00
113 - PNAE - PROGRAMA NACIONAL ALIMENTACAO ESCOLAR			54.626,55	68.633,55
116 - PNATE - PROGRAMA NACIONAL TRANSPORTE ESCOLAR			10,41	11.348,06
126 - PETE - Programa Estadual de Transporte Escolar			-4.270,75	18.796,06
130 - Construção de SUPER CRECHE - Exercício Corrente			-11.898,57	-11.898,57
132 - Construção de um Centro Cultural - Casa da Cultura - Exercício Corrente			-10.789,66	-10.789,66
134 - BCO BRASIL - FNDE BRASIL CARINHOSO			14.683,06	13.329,17
135 - BCO BRASIL - FNDE MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL - APOIO A CRECHES			11.356,93	10.291,57
1737 - Convênio 843744/2017 - Modernização de Infraestrutura do Ginásio de Esportes Alvaro Dias - 1ª			10.883,40	85.154,32
1784 - Convênio 879625/2018 - Construção de Infraestrutura no Centro de Eventos Clube do Laço			6.464,79	-188.974,68
1786 - PAR - Processo: 23400.004129/2020-31 - Termo de compromisso nº 202101304-5			0,21	-48.570,73
1791 - Convênio nº 731/2022 - Aquisição de triturador de galhos			954,95	0,00
1792 - Estruturação da Rede de Serviços do SUAS			166.447,14	0,00
1794 - Deliberação nº 047/2022 - CEDCA/PR			75.455,62	0,00
2494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde			182.572,81	92.918,45
2737 - FEAS - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FAMILIA PARANAENSE			37.234,50	5.433,23
2738 - Programa de Gestão de Solo e Água em Microbacias - Convênio 195/2018			-20.873,06	-20.873,06
2740 - FEAS - Incentivo à Pessoa com Deficiência - Deliberação 114/2018			3.324,21	3.029,74
2741 - Programa de Apoio e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos Tutelares - Deliberação 107/2019			1.180,25	1.075,69
2742 - Incentivo CMDA - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - Deliberação nº 084/2019 - C			5.148,54	5.878,80
2743 - Incentivo Atenção à Criança e Adolescente - Deliberação nº 086/2019 - CEDCA/PR			7.663,83	4.504,94
2744 - Convênio nº 30/2020 - Implantação de Parque Urbano (Secretaria Meio Ambiente)			852,52	-247.217,89
303 - Saude - Receita Vinculada (EC:29/00) 15% Exercício Anterior			462.613,39	304.795,84
304 - RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS DA SAUDE - EXERCICIO ANTERIOR			96,87	88,28
31333 - CV - CONSTRUÇÃO POSTO DE SAÚDE			159,30	145,18
326 - BCO. BRASIL - CONVÊNIO SES/ASEP			519,71	3.619,65

332 - CONVÊNIO - FMS/FNS BLNV	13.076,42	11.913,53
369 - Serviços Prestados SUS - Estadual	61.677,89	7.941,84
4494 - Emenda Parlamentar Individual - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	41.454,74	3

As demonstrações que compõe o Balanço Geral foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº. 4.320/64, que institui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº. 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e da Lei 144/2019 que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Município de Diamante do Norte para o Exercício de 2022.

2 – MUDANÇAS DE CRITÉRIOS CONTÁBEIS

Não houve mudanças de critérios contábeis efetuadas no exercício de 2022.

3 – PRÁTICAS CONTÁBEIS

O regime contábil adotado na contabilização da execução do orçamento é o misto, a fim de atender o disposto no Art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desta forma, as despesas são registradas pelo regime de competência e as receitas pelo regime de caixa.

Já os atos e fatos de natureza patrimonial são registrados pelo regime de competência a fim de atender o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

4 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

A Lei 4.320/64 estabelece que o Ativo e o Passivo devam ser separados em dois grandes grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem.

4.1– Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

Os valores de caixa e equivalentes de caixa contemplam os numerários e os valores depositados nas contas correntes bancárias para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

4.2– Créditos Tributários e Dívida Ativa a Receber

Os créditos tributários decorrem de valores a receber de tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria) em que o Município realiza o Lançamento dos valores devidos pelos contribuintes. Correspondem à tributos lançados por declaração do contribuinte (Art. 147 do Código Tributário Nacional – CTN), como o ITBI ou de ofício (Art. 149 do CTN), quando o Município efetua diretamente o lançamento, por determinação legal, como é o caso do IPTU, ISSQN fixo, Taxa de Coleta de Lixo e Taxa de Renovação de Alvará.

4.3– Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Referem-se às aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade e estão registradas pelos valores de custo, acrescidas das atualizações até a data das demonstrações financeiras. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

4.4– Estoques

Referem-se aos valores dos bens adquiridos pela entidade com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades e estão avaliados pelo preço médio ponderados das compras conforme Inciso III do Art. 106 da Lei nº 4.320/64.

4.5– Imobilizado

No Balanço Patrimonial, os valores do grupo de Bens foram registrados pelos valores nominais atribuídos por ocasião de suas respectivas aquisições ou construção, conforme preceitua o artigo 106, II, da Lei nº 4320/64. Os ganhos e perdas em alienações foram determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado do exercício.

4.6– Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais os empregados ou servidores tenham direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

4.7– Empréstimos e Financiamentos a Curto e Longo Prazo

Compreende aos valores referentes à Fomento e Pavimentação Urbana.

4.8– Fornecedores e Contas a Pagar em Curto Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

4.9 – Demais Obrigações em Curto Prazo

As demais obrigações compreendem os valores restituíveis recolhidos por terceiros ao Município e não devolvidos até 31/12/2022 e que foram efetuados em cumprimento a determinações legais e/ou contratuais, como consignações, pensões alimentícias e retenções sindicais.

4.9.1- Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Correspondem às dívidas oriundas de encargos sociais e contribuições previdenciárias junto à Caixa Previdenciária Municipal em que não foram depositados em exercícios de administrações anteriores, conforme demonstrativo abaixo:

4.9.2- Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Correspondiam aos valores de parcelamento do PASEP cuja quitação se deu no exercício corrente.

4.9.3– Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Seu saldo é de R\$ -45.136.751,41 (quarenta e cinco milhões, cento e trinta e seis mil, setecentos e cinquenta e um reais e quarenta e um centavos) inteiramente alocado nos Resultados Acumulados que compreendem o saldo remanescente dos superávits ou déficits acumulados.

4.14.1 – Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial no exercício de 2022, apresentado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais Ativas e Passivas, foi um Superávit de R\$ 644.765,96 e corresponde às variações quantitativas decorrentes das transações que aumentam ou diminuem o Patrimônio Líquido.

4.5 – Quadro do Superávit / Déficit Financeiro

Destinação de Recursos – Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

Superávit Financeiro – Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Déficit Financeiro – Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

TIAGO DE OLIVEIRA LIMA
Contador – CPR-PR nº. 067.288/O-0
CPF: 066.997.399-80

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRADOR				
AVENIDA GUAÍRA S/N - CEP 87840-000 - CNPJ 01.067.743/0001-03				
ESTADO DO PARANÁ				
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Dezembro/2022				
				Não consolidado
				Exercício: 2022
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Provisão Inicial (I)	Provisão Atualizada (II)	Receitas Realizadas (III)	Saldo (IV) = (I + II - III)
Receitas Correntes (I)				
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria				
Receita de Contribuições				
Receita Patrimonial				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Receitas de Capital (II)				
Operações de Crédito				
Alocação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)				
Operações de Crédito Refinanciamento (IV)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (IV + III)				
Mot (VI)			829.796,94	
TOTAL (VII) = (V + VI)			829.796,94	829.796,94
Atos de Exercícios Anteriores				
Reservas Anteriores em Exercícios Anteriores				
Superávit Financeiro				
Intestados de Créditos Adicionais				
29/03/2023 16:22:58				
Página: 1 de 4				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS						
	Dotação Inicial (I)	Dotação Atualizada (II)	Despesas Empenhadas (III)	Despesas Liquidadas (IV)	Despesas Pagas (V)	Saldo da Dotação (VI) = (I - V)
Despesas Correntes (VII)	1.254.288,81	1.279.288,81	829.796,94	829.796,94	829.796,94	348.491,87
Pessoal e Encargos Sociais	974.039,61	994.931,61	863.711,51	863.711,51	863.711,51	131.220,10
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	280.257,20	284.357,20	96.085,43	96.085,43	96.085,43	218.271,77
Despesas de Capital (VIII)	161.535,62	126.535,62				126.535,62
Investimentos						
Invenções Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência (IX)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VII + IX + VIII)	1.405.824,43	1.405.824,43	829.796,94	829.796,94	829.796,94	476.027,49
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.405.824,43	1.405.824,43	829.796,94	829.796,94	829.796,94	476.027,49
Superávit (XIV)						
TOTAL (XV) = (XII + XIV)	1.405.824,43	1.405.824,43	829.796,94	829.796,94	829.796,94	476.027,49
Reserva de RPPS						
29/03/2023 16:22:58						
Página: 2 de 4						

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
Dezembro/2022						
Não consolidado						
Exercício: 2022						
Inscritos						
Em Exercícios Anteriores (I)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (II)	Liquidados (III)	Pagos (IV)	Cancelados (V)	Saldo a Pagar (VI) = (I+II-V)	
Despesas Correntes						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
Despesas de Capital						
Investimentos						
Invenções Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL						
29/03/2023 16:22:58						
Página: 3 de 4						

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
Dezembro/2022						
Não consolidado						
Exercício: 2022						
Inscritos						
Em Exercícios Anteriores (I)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (II)	Pagos (III)	Cancelados (IV)	Saldo a Pagar (V) = (I+II-V)		
Despesas Correntes						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
Despesas de Capital						
Investimentos						
Invenções Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL						
29/03/2023 16:22:58						
Página: 4 de 4						

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRADOR				
AVENIDA GUAÍRA S/N - CEP 87840-000 - CNPJ 01.067.743/0001-03				
ESTADO DO PARANÁ				
BALANÇO FINANCEIRO				
Dezembro/2022				
INGRESSOS				
		Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)				
Ordinária				
Vinculada				
Recursos Vinculados à Educação				
Recursos Vinculados à Saúde				
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS				
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS				
Recursos Vinculados à Assistência Social				
Outras Destinações de Recursos				
Transferências Financeiras Recebidas (II)			1.300.493,64	985.015,32
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária			1.300.493,64	985.015,32
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária				
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS				
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS				
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o Sistema de Pagamento de Pensões Militares				
Recebimentos Extraorçamentários (III)			177.935,31	138.648,26
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados				
Inscrição de Restos a Pagar Processados				
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			177.935,31	138.648,26
Outros Recebimentos Extraorçamentários				
Saldo do Exercício Anterior (IV)				
Caixa e Equivalentes de Caixa				
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados				
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)			1.478.428,95	1.123.663,58
29/03/2023 16:20:34				
Página: 1 de 4				

PUBLICAÇÃO LEGAL Edição - 19.255

BALANÇO FINANCEIRO			Não consolidado
Dezembro/2022			Exercício: 2022
DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		929.796,94	824.623,33
Ordinária		929.796,94	824.623,33
Vinculada			
Recursos Destinados à Educação			
Recursos Destinados à Saúde			
Recursos Destinado a Previdência Social - RPPS			
Recursos Destinado a Previdência Social - RGPS			
Recursos Destinado a Assistência Social			
Outras Destinações de Recursos			
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		370.696,70	160.391,99
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		370.696,70	160.391,99
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária			
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS			
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS			
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o Sistema de pagamento de Pensões Militares			
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		177.935,31	138.648,26
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados			
Pagamentos de Restos a Pagar Processados			
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		177.935,31	138.648,26
Outros Pagamentos Extraorçamentários			
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)			
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		1.478.428,95	1.123.663,58

Data: 29/03/2023 16:20:34

Página: 2 de 4

BALANÇO FINANCEIRO				Não consolidado		Exercício: 2022	
Dezembro/2022							
INGRESSOS							
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual			Exercício Anterior			
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo	
	(a)	(b)	(c) = (a - b)	(d)	(e)	(f) = (d - e)	
Intinária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inoculada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Juros e Despesas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

MIRADOR - PR, 29 de março de 2023

Página: 3 de 4

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRADOR			
AVENIDA GUARÁ S/N - CEP 87840-000 - CNPJ 01.087.743/0001-03			
ESTADO DO PARANÁ			
SEBASTIÃO PINHEIRO ZANZARI	CICERO JOSÉ DE OLIVEIRA	Maria Rozeli Lima	
CPF/CNPJ: 140.208.829-91	CPF/CNPJ: 638.661.609-20	CPF/CNPJ: 604.037.302-44	
Presidente	CONTADOR CRC PR TC 34522/0	Controlador(a) Interno(a)	

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRADOR			
AVENIDA GUARÁ S/N - CEP 87840-000 - CNPJ 01.087.743/0001-03			
ESTADO DO PARANÁ			

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2022

Não consolidado

Exercício: 2022

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas		1.300.493,64	985.015,32
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		1.300.493,64	985.015,32

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
		Exercício Atual	Exercício Anterior
Pessoal e Encargos		863.711,51	759.828,65
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0,00	0,00
Uso de Bens, Serviço e Consumo de Capital Fixo		35.830,60	62.482,68
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		12.500,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas		370.696,70	160.391,99
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Tributárias		0,00	0,00
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		1.282.738,81	982.703,32
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)		17.754,83	2.312,00

Nota I - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Impostos		0,00	0,00
Taxas		0,00	0,00
Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00

Nota II - Contribuições			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Contribuições Sociais		0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública		0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		0,00	0,00
Contribuições		0,00	0,00

Nota III - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Vendas de Mercadorias		0,00	0,00
Vendas de Produtos		0,00	0,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		0,00	0,00

Nota IV - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		0,00	0,00
Aportes do Banco Central		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0,00	0,00

Nota V - Transferências e Delegações Recebidas			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Transferências Intra Governamentais		1.300.493,64	985.015,32
Transferências Inter Governamentais		0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas		0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências do Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes		0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas		1.300.493,64	985.015,32

Data: 29/03/2023 16:17:30

Nota VI - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Reavaliação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Alienação		0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		0,00	0,00
Desincorporação de Passivos		0,00	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		0,00	0,00

Nota VII - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VPA a classificar		0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações		0,00	0,00
Operações da Autoridade Monetária		0,00	0,00
Subvenções Econômicas		0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		0,00	0,00

Nota VIII - Pessoal e Encargos			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Remuneração a Pessoal		553.732,28	501.800,79
Encargos Patronais		148.209,55	105.378,06
Benefícios a Pessoal		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		151.769,08	152.649,80
Pessoal e Encargos		853.711,51	759.828,65

Nota IX - Benefícios Previdenciários e Assistenciais			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Aposentadorias e Reformas		0,00	0,00
Pensões		0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada		0,00	0,00
Data: 29/03/2023 16:17:30			

Benefícios Eventuais			
		Exercício Atual	Exercício Anterior
Políticas Públicas de Transferência de Renda		0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0,00	0,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0,00	0,00

Nota X - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Uso de Material de Consumo		0,00	15.427,04
Serviços		35.830,60	47.055,64
Depreciação, Amortização e Exaustão		0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		35.830,60	62.482,68

Nota XI - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos		0,00	0,00
Aporte ao Banco Central		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		12.500,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		12.500,00	0,00

Nota XII - Transferências e Delegações Concedidas			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Transferências Intra Governamentais		370.696,70	160.391,99
Transferências Inter Governamentais		0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas		0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências ao Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas		0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas		370.696,70	160.391,99

Nota XIII - Desvalorização e perda de Ativos e Incorporação de Passivos			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		0,00	0,00
Perdas com Alienação		0,00	0,00
Perdas involuntárias		0,00	0,00
Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Desincorporação de Ativos		0,00	0,00
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		0,00	0,00

Nota XIV - Tributárias			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		0,00	0,00
Total de VPD Tributárias		0,00	0,00

Data: 29/03/2023 16:17:30

Nota XV - Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Custos das Mercadorias Vendidas		0,00	0,00
Custos dos Produtos Vendidos		0,00	0,00
Custos dos Serviços Prestados		0,00	0,00
Total de Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		0,00	0,00

Nota XVI - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Premiações		0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações		0,00	0,00
Operações da Autoridade Monetária		0,00	0,00
Incentivos		0,00	0,00
Subvenções Econômicas		0,00	0,00
Participações e Contribuições		0,00	0,00
Constituição de Provisões		0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		0,00	0,00
Total de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		0,00	0,00

Variações Patrimoniais Qualitativas (Decorrentes da execução orçamentária)			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de ativos		0,00	0,00
Desincorporação de passivos		0,00	0,00
Incorporação de passivos		0,00	0,00
Desincorporação de ativos		0,00	0,00

MIRADOR - PR, 29 de março de 2023

SEBASTIÃO PINHEIRO ZANZARI	CICERO JOSÉ DE OLIVEIRA
CPF/CNPJ: 140.208.829-91	CPF/CNPJ: 638.661.609-20
Presidente	CONTADOR CRC PR TC 34522/0
Maria Rozeli Lima	
CPF/CNPJ: 604.037.302-44	
Controlador(a) Interno(a)	

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRADOR			
AVENIDA GUARÁ S/N - CEP 87840-000 - CNPJ 01.087.743/0001-03			
ESTADO DO PARANÁ			

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Dezembro/2022

Não consolidado

Exercício: 2022

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ingressos		1.478.428,95	1.123.663,58
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Receita de Contribuições		0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades		0,00	0,00
Transferências recebidas		0,00	0,00
Outras Receitas/Ingressos Operacionais		1.478.428,95	1.123.663,58
Desembolsos		1.478.428,95	1.121.351,58
Pessoal e Demais Despesas		929.796,94	822.311,33
Juros e encargos da dívida		0,00	0,00
Transferências concedidas		0,00	0,00
Outros desembolsos operacionais		548.632,01	299.040,25
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		0,00	2.312,00

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		0,00	0,00
Alienação de bens		0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Desembolsos		0,00	2.312,00
Aquisição de ativo não circulante		0,00	2.312,00
Concessão de empréstimos e financiamentos		0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos		0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		0,00	-2.312,00

PUBLICAÇÃO LEGAL Edição - 19.255

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS			Não consolidado	
Dezembro/2022			Exercício: 2022	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS			Exercício Atual	Exercício Anterior
Intergovernamentais da União	0,00	0,00		
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00		
de Municípios	0,00	0,00		
Intragovernamentais	0,00	0,00		
Outras transferências recebidas	0,00	0,00		
Total das Transferências Recebidas	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			Exercício Atual	Exercício Anterior
Intergovernamentais a União	0,00	0,00		
a Estados e Distritos Federal	0,00	0,00		
a Municípios	0,00	0,00		
a Consórcios Públicos	0,00	0,00		
Intragovernamentais	0,00	0,00		
Outras transferências concedidas	0,00	0,00		
Total das Transferências Concedidas	0,00	0,00		
Data: 29/03/2023 16:25:24				
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO			Não consolidado	
Dezembro/2022			Exercício: 2022	
			Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa	929.796,94	822.311,33		
Judiciária	0,00	0,00		
Essencial à Justiça	0,00	0,00		
Administração	0,00	0,00		
Defesa Nacional	0,00	0,00		
Segurança Pública	0,00	0,00		
Relações Exteriores	0,00	0,00		
A Assistência Social	0,00	0,00		
Previdência Social	0,00	0,00		
Saúde	0,00	0,00		
Trabalho	0,00	0,00		
Educação	0,00	0,00		
Cultura	0,00	0,00		
Direitos da Cidadania	0,00	0,00		
Urbanismo	0,00	0,00		
Habitação	0,00	0,00		
Saneamento	0,00	0,00		
Gestão Ambiental	0,00	0,00		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00		
Agricultura	0,00	0,00		
Data: 29/03/2023 16:25:24				
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			Não consolidado	
Dezembro/2022			Exercício: 2022	
			Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00		
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00		
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00		
Data: 29/03/2023 16:25:24				
MIRADOR - PR, 29 de março de 2023				
SEBASTIÃO PINHEIRO ZANZARINI CPF/CNPJ: 140.208.929-91 Presidente			CÍCERO JOSÉ DE OLIVEIRA CPF/CNPJ: 555.651.503-20 CONTADOR CRC PR TC 34822/O	
Márcia Rozeli Lima CPF/CNPJ: 604.037.302-44 Controlador(a) Interno(a)				



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Ref: Contrato n.º 047/2023 – ID 2262/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ N.º 75.475.442/0001-93

CONTRATADA: ARY FALAVIGNA & CIA LTDA
CNPJ/MF: 03.744.294/0001-54

OBJETO: AQUISIÇÃO DE “MERENDA ESCOLAR”, DESTINADOS AS ESCOLAS MUNICIPAIS E OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DESTA MUNICIPALIDADE.

VALOR CONTRATUAL: R\$ 158.428,30 (cento e cinquenta e oito mil quatrocentos e vinte e oito reais e trinta centavos).

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2023, e a proposta de preços classificada, homologada e adjudicada.

Poder Executivo Municipal

Gabinete do Prefeito, aos 29/03/2023.

Fabiano Marcos da Silva Travain
Prefeito Municipal



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Ref: Contrato n.º 048/2022 – ID 2263/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ N.º 75.475.442/0001-93

CONTRATADA: ELIETE SERRATO DA COSTA TEORO
CNPJ/MF: 07.096.950/0001-00

OBJETO: AQUISIÇÃO DE “MERENDA ESCOLAR”, DESTINADOS AS ESCOLAS MUNICIPAIS E OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DESTA MUNICIPALIDADE.

VALOR CONTRATUAL: de R\$ 128.732,70 (cento e vinte e oito mil setecentos e trinta e dois reais e setenta centavos).

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2023, e a proposta de preços classificada, homologada e adjudicada.

Poder Executivo Municipal

Gabinete do Prefeito, aos 29/03/2023.

Fabiano Marcos da Silva Travain
Prefeito Municipal



MIRADOR


PREFEITURA MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico por este termo, a Dispensa de Licitação, destinados aos serviços de gestão do Poder Executivo de Mirador, Estado do Paraná, em favor da empresa: SANTORO & FIRMANI LTDA com cadastro CNPJ/MF: 11.596.409/0001-39, no valor total de R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais), com base no art.24 Inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores e Lei Municipal Nº 0433/2018 de 16/08/2018, de acordo com Pareceres Técnico e Jurídico do Poder Executivo, e tendo em vista os elementos que instruem o Processo de Dispensa de Licitação n.º 014/2023.

Mirador/PR, 29/03/2023

Fabiano Marcos da Silva Travain
Prefeito Municipal



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico por este termo, a Dispensa de Licitação, destinados aos serviços de gestão do Poder Executivo de Mirador, Estado do Paraná, em favor da empresa: SANTORO & FIRMANI LTDA com cadastro CNPJ/MF: 11.596.409/0001-39, no valor total de R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais), com base no art.24 Inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores e Lei Municipal Nº 0433/2018 de 16/08/2018, de acordo com Pareceres Técnico e Jurídico do Poder Executivo, e tendo em vista os elementos que instruem o Processo de Dispensa de Licitação n.º 014/2023.

Mirador/PR, 29/03/2023

Fabiano Marcos da Silva Travain
Prefeito Municipal



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Ref: Contrato n.º 050/2023 – ID 2265/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ N.º 75.475.442/0001-93

CONTRATADA: ARY FALAVIGNA & CIA LTDA
CNPJ/MF: 03.744.294/0001-54

OBJETO: AQUISIÇÃO DE “MATERIAIS DE LIMPEZA” PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTA MUNICÍPIO.

VALOR CONTRATUAL: R\$ 202.399,30 (dois mil trezentos e noventa e nove reais e trinta centavos).

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2023, e a proposta de preços classificada, homologada e adjudicada.

Poder Executivo Municipal

Gabinete do Prefeito, aos 29/03/2023.

Fabiano Marcos da Silva Travain
Prefeito Municipal



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Ref: Contrato n.º 051/2022 – ID 2266/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ N.º 75.475.442/0001-93

CONTRATADA: ELIETE SERRATO DA COSTA TEORO
CNPJ/MF: 07.096.950/0001-00

OBJETO: AQUISIÇÃO DE “MATERIAIS DE LIMPEZA” PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTA MUNICÍPIO.

VALOR CONTRATUAL: de R\$ 144.384,67 (cento e quarenta e quatro mil trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta e sete centavos).

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2023, e a proposta de preços classificada, homologada e adjudicada.

Poder Executivo Municipal

Gabinete do Prefeito, aos 29/03/2023.

Fabiano Marcos da Silva Travain
Prefeito Municipal



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Fabiano Marcos da Silva Travain, Prefeito do Município de Mirador, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial, as contidas na L.O.M. e, considerando os ditames da Lei Federal nº 8.666/93 (consolidada) c/c Lei Federal nº 10.520/2002, face ao constante nos autos de Processo – Pregão Eletrônico n.º 017/2023.

1. **HOMOLOGO**, o procedimento licitatório, na Modalidade Pregão Eletrônico, instaurado e registrado sob o nº 017/2023, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 c/c Lei Federal nº 10.520/2002, Aquisição de “Materiais de Limpeza”, destinados as Escolas Municipais e os Centros de Educação Infantil desta Municipalidade, conforme ações e metas administrativas definidas para o presente exercício financeiro.

2. Fica **ADJUDICADO**, o objeto do processo administrativo – Pregão Eletrônico nº 017/2023, à Empresa: DRIELEN FRANCINE BARBARESCO SANTOS 06866462908, inscrito no CNPJ/MF: 45.398.826/0001-99, localizada na Rua São Tadeu, nº 50, Centro, na Cidade de Mirador-PR, perfazendo o valor global de R\$ 54.667,70 (cinquenta e quatro mil seiscientos e sessenta e sete reais e setenta centavos). ARY FALAVIGNA & CIA LTDA, inscrito no CNPJ/MF: 03.744.294/0001-54, localizada na Rua Rocha Pombo, nº 73, Centro, na Cidade de Mirador-PR, perfazendo o valor global de R\$ 158.428,30 (cento e cinquenta e oito mil quatrocentos e vinte e oito reais e trinta centavos). ELIETE SERRATO DA COSTA TEORO, inscrito no CNPJ/MF: 07.096.950/0001-00, localizada na Rua São Tadeu, nº 36, Centro, na Cidade de Mirador-PR, perfazendo o valor global de R\$ 128.732,70 (cento e vinte e oito mil setecentos e trinta e dois reais e setenta centavos).

Fica determinado à Diretoria de Licitações desta municipalidade, a afixação deste ato no local de costume, bem como sua remessa ao D.O.M. para fins de publicidade legal.

Mirador/PR, 29 de Março de 2023.

Fabiano Marcos da Silva Travain
Prefeito Municipal



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Ref: Contrato n.º 049/2023 – ID 2264/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ N.º 75.475.442/0001-93

CONTRATADA: DRIELEN FRANCINE BARBARESCO SANTOS 06866462908
CNPJ/MF: 45.398.826/0001-99

OBJETO: AQUISIÇÃO DE “MERENDA ESCOLAR”, DESTINADOS AS ESCOLAS MUNICIPAIS E OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DESTA MUNICIPALIDADE.

VALOR CONTRATUAL: de R\$ 54.667,70 (cinquenta e quatro mil seiscientos e sessenta e sete reais e setenta centavos).

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2023, e a proposta de preços classificada, homologada e adjudicada.

Poder Executivo Municipal

Gabinete do Prefeito, aos 29/03/2023.

Fabiano Marcos da Silva Travain
Prefeito Municipal



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Ref: Contrato n.º 052/2023 – ID 2267/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR
CNPJ N.º 75.475.442/0001-93

CONTRATADA: DRIELEN FRANCINE BARBARESCO SANTOS 06866462908
CNPJ/MF: 45.398.826/0001-99

OBJETO: AQUISIÇÃO DE “MATERIAIS DE LIMPEZA” PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTA MUNICÍPIO.

VALOR CONTRATUAL: de R\$ 139.673,50 (cento e trinta e nove mil seiscientos e setenta e três reais e cinquenta centavos).

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2023, e a proposta de preços classificada, homologada e adjudicada.

Poder Executivo Municipal

Gabinete do Prefeito, aos 29/03/2023.

Fabiano Marcos da Silva Travain
Prefeito Municipal



MIRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Fabiano Marcos da Silva Travain, Prefeito do Município de Mirador, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial, as contidas na L.O.M. e, considerando os ditames da Lei Federal nº 8.666/93 (consolidada) c/c Lei Federal nº 10.520/2002, face ao constante nos autos de Processo – Pregão Eletrônico n.º 018/2023.


1. **HOMOLOGO**, o procedimento licitatório, na Modalidade Pregão Eletrônico, instaurado e registrado sob o nº 018/2023, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 c/c Lei Federal nº 10.520/2002, Aquisição de “Materiais de Limpeza” para Atender as Necessidades das Secretarias Municipais deste Município., conforme ações e metas administrativas definidas para o presente exercício financeiro.

2. Fica **ADJUDICADO**, o objeto do processo administrativo – Pregão Eletrônico nº 018/2023, à Empresa: DRIELEN FRANCINE BARBARESCO SANTOS 06866462908, inscrito no CNPJ/MF: 45.398.826/0001-99, localizada na Rua São Tadeu, nº 50, Centro, na Cidade de Mirador-PR, perfazendo o valor global de R\$ 139.673,50 (cento e trinta e nove mil seiscientos e setenta e três reais e cinquenta centavos). ARY FALAVIGNA & CIA LTDA, inscrito no CNPJ/MF: 03.744.294/0001-54, localizada na Rua Rocha Pombo, nº 73, Centro, na Cidade de Mirador-PR, perfazendo o valor global de R\$ 202.399,30 (dois mil trezentos e noventa e nove reais e trinta centavos). ELIETE SERRATO DA COSTA TEORO, inscrito no CNPJ/MF: 07.096.950/0001-00, localizada na Rua São Tadeu, nº 36, Centro, na Cidade de Mirador-PR, perfazendo o valor global de R\$ 144.384,67 (cento e quarenta e quatro mil trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta e sete centavos).

Fica determinado à Diretoria de Licitações desta municipalidade, a afixação deste ato no local de costume, bem como sua remessa ao D.O.M. para fins de publicidade legal.

Mirador/PR, 29 de Março de 2023.

Fabiano Marcos da Silva Travain
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO NORTE

ESTADO DO PARANÁ - CNPJ: 76.972.082/0001-06

TERRITÓRIO DA CIDADANIA ENCONTRO DAS ÁGUAS

Nós Confiamos em Deus!

EDITAL N.º 020/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO NORTE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS POR LEI.

RESOLVE,

1 - Convocar a candidata aprovada no PSS - Processo Seletivo Simplificado, realizado conforme Edital – RH. Nº. 001/2021, seguindo a classificação divulgada através de Edital – RH. Nº. 008/2021 e homologado através do Decreto nº. 106/2021, para fins de nomeação.

CARGO: EDUCADOR INFANTIL

Class.	Nome
7º	RUDNEIA FIRMINO LEITE

2 - A convocada deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
b) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
c) Comprovar os requisitos exigidos para o exercício da função;
d) Estar em dia com as obrigações eleitorais;
e) Estar em dia com as obrigações militares;
f) Estar n o gozo dos direitos políticos;
g) Possuir certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, quando do sexo masculino;
h) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado através de exame admissional;
i) Ter disponibilidade para o horário de trabalho, o qual deverá atender as necessidades do órgão requisitante;
j) Declarar que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, aposentadoria, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal e incisos XVI e XVII do artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná;
k) Apresentar declaração de não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos;
l) Carteira de Identidade (RG) e fotocópia;
m) CPF e fotocópia;
n) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e fotocópia;
o) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópias;
p) Certificado de reservista e fotocópia, quando couber;
q) Título de eleitor e fotocópia, junto com o comprovante de votação da última eleição;
ou a justificativa da ausência;
r) Cadastro do PIS/PASEP fotocópia;
s) Comprovante de escolaridade exigida e registro no conselho da Classe quando houver;
t) Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e fotocópia, quando couber;
u) Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
v) Atestado de sanidade mental;

w) Declaração de não ter sofrido no o exercício de função pública, penalidade decorrente de processo administrativo disciplinar;
x) Atestado de antecedentes civis e criminais, fornecimento pelo Cartório do Distribuidor do Fórum;
y) Comprovante de residência;
z) Declaração de não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos;

3 - A convocada deverá apresentar-se no prazo de 10 dias, o não atendimento, a convocação, acarretará imediatamente na substituição do seguinte na ordem de classificação.

4 - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Diamante do Norte, em 29 de março de 2023.

ELIEL DOS SANTOS CORREA
PREFEITO MUNICIPAL

JULIANO CERVANTES PEREIRA DOS SANTOS
SECRETARIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

PUBLICAÇÃO LEGAL Edição - 19.255

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRADOR			
AVENIDA GUARÁ S/N - CEP 87840-000 - CNPJ 01.087.743/0001-03			
ESTADO DO PARANÁ			
BALANÇO PATRIMONIAL			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
Estoque		0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00
Total do Ativo Circulante		0,00	0,00
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo		0,00	0,00
Investimentos Temporários a Longo Prazo		0,00	0,00
Estoque		0,00	0,00
VPD pagas antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Imobilizado		217.838,67	217.838,67
Intangível		0,00	0,00
Diferido		0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante		217.838,67	217.838,67
TOTAL DO ATIVO		217.838,67	217.838,67
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Tributárias, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		0,00	0,00
Obrigações e Provisions a Curto Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		0,00	0,00
Obrigações de Respostas a Outras Entes		0,00	0,00
Provisions a Curto Prazo		0,00	0,00
Demas Obrigações a Curto Prazo		0,00	0,00
Total do Passivo Circulante		0,00	0,00
Passivo Não Circulante			
Obrigações Tributárias, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações e Provisions a Longo Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisions a Longo Prazo		0,00	0,00
Demas Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante		0,00	0,00
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Reserva de Capital		0,00	0,00
Alíquotas de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reserva de Lucros		0,00	0,00
Demas Reservas		0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		217.838,67	217.838,67

DATA: 29/03/2023 16:03:02

Resultados Acumulados

(1) Agiliza / Cotas em Tesouraria

Total do Patrimônio Líquido

217.838,67 217.838,67

217.838,67 217.838,67

217.838,67 217.838,67

DATA: 29/03/2023 16:03:02

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRADOR			
AVENIDA GUARÁ S/N - CEP 87840-000 - CNPJ 01.087.743/0001-03			
ESTADO DO PARANÁ			
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (LEI N.º 4.320/64)			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO			
Ativo Potencial			
Ativo Potencial		0,00	0,00
Total do Ativo		217.838,67	217.838,67
PASSIVO			
Passivo Potencial			
Passivo Potencial		0,00	0,00
Total do Passivo		0,00	0,00
Saldo Patrimonial (B)		217.838,67	217.838,67

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRADOR			
AVENIDA GUARÁ S/N - CEP 87840-000 - CNPJ 01.087.743/0001-03			
ESTADO DO PARANÁ			
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (LEI N.º 4.320/64)			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantias e Contas garantidas recebidas		0,00	0,00
Direitos Concessões e outros instrumentos conjuntos		0,00	0,00
Direitos Contratuais		0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos		0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos		0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantias e Contas garantidas concedidas		0,00	0,00
Obrigações concessões e outros instrumentos conjuntos		0,00	0,00
Obrigações contratuais		0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos		0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos		0,00	0,00

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRADOR			
AVENIDA GUARÁ S/N - CEP 87840-000 - CNPJ 01.087.743/0001-03			
ESTADO DO PARANÁ			
QUADRO DO SUPERÁVITUS FINANCEIRO (LEI N.º 4.320/64)			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO			
Ativo Potencial			
Ativo Potencial		0,00	0,00
Total do Ativo		0,00	0,00
PASSIVO			
Passivo Potencial			
Passivo Potencial		0,00	0,00
Total do Passivo		0,00	0,00

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRADOR			
AVENIDA GUARÁ S/N - CEP 87840-000 - CNPJ 01.087.743/0001-03			
ESTADO DO PARANÁ			
NOTA EXPLICATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL			
EXERCÍCIO DE 2022			
A mais importante peça contábil, nela está contida a situação referente aos Bens, Direitos e Obrigações da entidade pública, e em seus quadros apresentam de forma prática e de fácil entendimento os registros do ocorrido no exercício de 2022.			
O Balanço Patrimonial foi elaborado de acordo com as práticas Contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), nele estão contidas as informações Contábeis que evidenciam a posição estática dos Bens, direitos e obrigações, resultantes da gestão econômica do Poder Legislativo de Mirador - Paraná.			
Reflete exatamente a situação da entidade Pública, relativamente aos Bens, direitos e obrigações.			
É a demonstração Contábil que evidencia a situação patrimonial da Entidade Pública por meio das Contas representativas do Patrimônio Público, além das contas de compensação que compreendem os atos que possam vir a afetar o Patrimônio Público.			
É uma das peças Contábil importantíssima cujo enfoque atualmente é o patrimonial que resguarda e assegure o direito de uma entidade em relação aos atos por ela praticados de tal forma que evidencie claramente a situação relativamente aos Bens, Direitos e Obrigações.			
Este Poder Legislativo registrou seus atos de conformidade com a legislação, de forma que elaborou a mais importante peça Contábil em obediência aos preceitos contábeis estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade e demais normas e reflete a realidade dos atos praticados pela Entidade Pública "Legislativo Municipal".			
O Poder Legislativo de Mirador conforme apresentado no Balanço Patrimonial demonstra com clareza resultados positivos em seu Patrimônio líquido, de forma que estão evidenciado o valor positivo no resultado do Exercício.			
Será publicado o Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2022, que faz parte da Prestação de Contas deste Poder Legislativo de Mirador - Paraná.			
Mirador - Paraná, 28 de março de 2023.			
Sebastião Pinheiro Zanzerini	Cleto José de Oliveira		
PRESIDENTE DA CÂMARA	TCF CONTÁBIL SBC PR 034522/O-0		
	Maria Roseli Lima		
	CONTROLADORA INTERNA		

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ			
Praça Rui Barbosa, nº 213 CEP: 87.750-000			
Fone: (44) 3447-1298			
www.cmaltoparana.pr.gov.br / e-mail: camara@cmaltoparana.pr.gov.br			
Extrato de Contrato nº 01/2023			
PARTE:			
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ			
CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAI - FAFIPA, CNPJ nº 05.566.804/0001-76.			
OBJETO: prestação de serviços para a realização de concurso público destinado ao provimento dos cargos de agente legislativo e assistente legislativo para a Câmara Municipal de Alto Paraná.			
VALOR CONTRATUAL: R\$ 14.250,00 (quatorze mil duzentos e cinquenta reais)			
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:			
01.031.0001.2001 Manutenção da Câmara Municipal			
3.3.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica			
3.3.90.39.48.00 Serviço de seleção de treinamento			
1001 Recurso do Tesouro (Descentralizados)			
Fonte: 001 Recursos do Tesouro (Descentralizados)			
DURAÇÃO:			
Início: 30 de março de 2023.			
Término: 12 (doze) meses.			
DATA DA ASSINATURA: 20/03/2023.			
FORO: Comarca de Alto Paraná, Estado do Paraná.			
Alto Paraná, 29 de março de 2023.			
Antonio Bueno de Oliveira			
Presidente			

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ			
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2023 PARA REGISTRO DE PREÇOS			
OBJETO: Aquisição de peças novas de reposição que atendam as mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais ou genuínas, acessórios, filtros, equipamentos obrigatórios, fumaça e pintura, auto elétrica e outras peças necessárias, com critério de maior percentual de desconto sobre os preços das peças do Software de Orçamento Eletrônico Audatex ou equivalente.			
ABERTURA: Dia 14 de abril de 2023, às 09:00 horas, na Sala de Licitações.			
Os envelopes nºs - 01 - Proposta de Preços, e 02 - Habilitação, deverão ser entregues na Sala de Licitações, junto ao Pregoeiro até às 08:30 horas do dia 14 de abril de 2023.			
Cópia do Edital poderá ser retirada junto a Sede da Prefeitura, ou através do endereço eletrônico www.altoparana.pr.gov.br .			
Maiores esclarecimentos serão fornecidos na Sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraná, Setor de Licitações, na Rua José de Anchieta, 1641 - Centro, ou pelo telefone: 44 - 3447 - 1122, ou e-mail: licitacao@altoparana.pr.gov.br .			
Alto Paraná, Estado do Paraná, 29 de março de 2023			
CLAUDEMIR JÓIA PEREIRA			
Prefeito Municipal			
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO			
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023			
O MUNICÍPIO DE ALTO PARANÁ, Estado do Paraná, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo, menor preço POR ITEM e da seguinte forma:			
OBJETO: Aquisição de tendas piramidais, balanças, mesas e cadeiras de plástico.			
DATA/HORARIO DA SESSÃO: 17/04/2023, às 09:00 horas			
DATA LIMITE PARA ENCAMINHAR AS PROPOSTAS: até as 08:59 horas do dia 17/04/2023.			
VALOR ESTIMADO: R\$ 89.991,14			
LOCAL: www.licita.net.com.br ; Portal: Plataforma Licitnet - Licitações On Line			
INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Alto Paraná, Setor de Licitações, na Rua José de Anchieta, nº 1641 - Centro, ou pelo telefone: (44) 3447 - 1122, pelo site www.altoparana.pr.gov.br , ou e-mail: licitacao@altoparana.pr.gov.br .			
Alto Paraná, Estado do Paraná, 29 de março de 2023.			
CLAUDEMIR JÓIA PEREIRA			
Prefeito Municipal			

CÂMARA MUNICIPAL DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Rua Rio de Janeiro, 405 - Centro
Fone/Fax (44) 3472-1417 - Cep 87.800-000
CNPJ nº 01.528.063/0001-88

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Acolho o parecer da assessoria jurídica da Câmara Municipal, referente a Dispensa por Limite Nº 05/2023, cujo objeto é a Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e produtos de higienização, copa e cozinha e materiais elétricos para manutenção das atividades da Câmara Municipal.

RATIFICO a presente dispensa por limite a proponente relacionada abaixo, o objeto da presente, determinando sua publicação na imprensa oficial do município como forma de eficácia dos atos em conformidade com o estabelecido no artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, bem como todas as providências ao bom e fiel cumprimento da Lei.

EMPRESA	CNPJ	Valor (R\$)
SUPERMERCADO GRAN VALLE EIRELI	09.573.740/0001-91	189,41
OCIMAR SEGUNDO JUNIOR	26.454.408/0001-27	2126,82
J.A. DA SILVA SUPERMERCADOS LTDA	03.368.368/0002-86	429,40
DOIS MIL E SETECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E SEXTENTA E TRÊS CENTAVOS		

Rondon, 29 de março de 2023.



EDSON ROBERTO ROCHA
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALINA DO PARANÁ			
Praça Giacomo Madalozzo 234 - Centro			
Caixa Postal 0011 - Fone/Fax (44)3435-1221/3435-1222			
C.N.P.J. 75.461.442/0001-34 CEP 87860-000			
P O D E R E X E C U T I V O			
PLANALINA DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ			
DECRETO N.º 67/2023			
SÚMULA: Homologa a Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 22/2023, Processo Licitatório Nº 30/2023.			
CELMO MAGGIONI , Prefeito Municipal de Planaltina do Paraná - Estado do Paraná em exercício, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,			
DECRETA			
Art. 1º - Fica determinada a homologação da Ata do Pregoeiro, nomeado pela Portaria do Executivo Municipal sob N.º 277/2022, referente à Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 22/2023, tipo menor preço e tendo como objeto Registro de preços para futuras e eventuais contratações de empresa especializada para aquisições e reposições de vidros, espelhos, fechaduras, máquina para fechaduras e puxadores com fornecimento de materiais e mão de obra especializada para os prédios públicos pertencentes a Prefeitura Municipal de Planaltina do Paraná - PR, conforme anexo I deste edital, em favor das empresas conforme abaixo:			
47.909.807 ALCINDO FERREIRA FREITAS NETO - CNPJ: 47.909.807/0001-05 no valor total de R\$ 86.540,00 (oitenta e seis mil quinhentos e quarenta reais).			
CESAR AUGUSTO CARDOSO LEITE 97921661904 - CNPJ: 23.610.056/0001-17 no valor total de R\$ 82.425,00 (oitenta e dois mil quatrocentos e vinte e cinco reais).			
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.			
Art. 3º - Ficando revogadas as disposições em contrário.			
Edifício da Prefeitura Municipal de Planaltina do Paraná - Estado do Paraná, 29 de março de 2023.			
Celso Maggioni			
Prefeito.			

SANTA CASA DE PARANAVAI

CNPJ 79.724.423/0001-04 - PABX (44) 3421-8300 - e-mail: administracao@santacasaparaib.com.br
Rua Rio Grande do Sul, 2425 - Centro - CEP 87.703-320 - Paranavaí - Paraná

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023 PROCESSO Nº 003/2023

Levamos ao conhecimento dos interessados que a **SANTA CASA DE PARANAVAI**, fará realizar Credenciamento, conforme as seguintes especificações:

1. Objeto do CREDENCIAMENTO: **CREDENCIAMENTO de Pessoas Jurídicas/ OU MEI (MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL) para formados na área da Educação**, para ministrar aulas no CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANÍBAL AJITA, para especialidades de ARTES, MÚSICA e EDUCAÇÃO FÍSICA.
2. Recebimento dos envelopes: de 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, no Departamento de Compras e Licitações.
3. Abertura e Julgamento: a partir do protocolo
4. Vigência do Credenciamento: 24 meses
5. Autorização: Heracles Alencar Arrais - Coordenador
6. Data da autorização: 28/03/2023

Paranavaí – PR; 29 de Março de 2023

HERACLES ALENCAR ARRAIS
Coordenador